



# Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

Projeto de Lei nº. 668, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

CÂMARA MUNICIPAL - MOCOCA -		
PROTOCOLO		
NUMERO	DATA	RUBRICA
1.616	18.05.09	24

Cria o programa de Requalificação Arbórea e Ambiental na cidade de Mococa, e dá outras providências.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em sessão realizada no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009, aprovou Projeto de Lei nº. \_\_\_\_/2009, de autoria do Vereador Eduardo Antônio Baisi, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art.1º.** Fica criado o programa de Requalificação Arbórea e Ambiental, a ser implementados nas Ruas, Avenidas, Praças e Parques da cidade de Mococa.

**Art. 2.º-** No programa de Requalificação Arbóreo e Ambiental, serão utilizadas espécies arbóreas que, conforme estudos técnicos e científicos contribuem para a melhoria da qualidade ambiental, no aspecto da umidificação do ar e melhora da sensação de conforto térmico da população, conforme discriminado nos incisos abaixo:

- I- Jambolão, nome científico Syzygium Jambolanum, Eugenia Jabolana;
- II- Mangueira, nome científico Mangifera Indica e variáveis;
- III- Jacarandá, nome científico Mimosaefolia/Cuspidifolia e variantes;



# **Câmara Municipal de Mococa**

## **PODER LEGISLATIVO**

- IV- Ipê, nome científico *Tapebua Chysotricaha*/Avellanedae/Roseo-Alba;
- V- Chuva de Ouro, nome científico *Oncidium* SP; Cássia Imperial; Cássia Fistula;
- VI- Outras espécies arbóreas adequadas aos objetos do programa, da flora nativa ou exógenas, conforme estudos e definição técnica do órgão ambiental competente.

**Art. 3.º-** O Programa de Requalificação Arbórea e Ambiental, será administrado pelo Departamento do Meio Ambiente do Município, e implementado no prazo de 04 (quatro) anos, com o plantio de espécies indicadas nos incisos do artigo supra.

**Art. 4.º-** A definição dos logradouros, praças ou parques públicos onde serão plantadas as espécies arbóreas do programa, serão definidas através de estudos técnicos pela Coordenadora do Meio Ambiente, conforme a necessidade, conveniência e adequação em cada local, tendo em vista o porte máximo que a espécie arbórea atinge em sua fase de pleno desenvolvimento;

§ 1.º- A espécie Mangueira – *Mangifera Indica*, por produzir frutos de grande porte, deverão ser plantadas apenas em áreas pertencentes a parques públicos municipais.

§ 2.º- As outras espécies arbóreas indicadas para o plantio nesta lei, também poderão ser plantadas em parques públicos, tendo em vista o porte que atingem em sua fase de desenvolvimento pleno, à critério do órgão competente.



# **Câmara Municipal de Mococa**

## **PODER LEGISLATIVO**

- IV- Ipê, nome científico Tapebua Chysotricaha/Avellanedae/Roseo-Alba;
- V- Chuva de Ouro, nome científico Oncidium SP; Cássia Imperial; Cássia Fistula;
- VI- Outras espécies arbóreas adequadas aos objetos do programa, da flora nativa ou exógenas, conforme estudos e definição técnica do órgão ambiental competente.

**Art. 3.º-** O Programa de Requalificação Arbórea e Ambiental, será administrado pela Coordenadora do Meio Ambiente do Município, e implementado no prazo de 04 (quatro) anos, com o plantio de espécies indicadas nos incisos do artigo supra.

**Art. 4.º-** A definição dos logradouros, praças ou parques públicos onde serão plantadas as espécies arbóreas do programa, serão definidas através de estudos técnicos pela Coordenadora do Meio Ambiente, conforme a necessidade, conveniência e adequação em cada local, tendo em vista o porte máximo que a espécie arbórea atinge em sua fase de pleno desenvolvimento;

§ 1.º- A espécie Mangueira – Mangifera Indica, por produzir frutos de grande porte, deverão ser plantadas apenas em áreas pertencentes a parques públicos municipais.

§ 2.º- As outras espécies arbóreas indicadas para o plantio nesta lei, também poderão ser plantadas em parques públicos, tendo em vista o porte que atingem em sua fase de desenvolvimento pleno, à critério do órgão competente.





# Câmara Municipal de Mococa

## PODER LEGISLATIVO

**Art. 5.º-** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 6.º-** O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 7.º-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

**Plenário Venerando Ribeiro da Silva,** \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

  
**EDUARDO ANTÔNIO BAISI**  
**Vereador**

**APROVADO**

Em 12 Discussão por unanimidade  
Sessão 121 de 12.000

  
**FRANCISCO CARLOS DE CANDIDO**  
**PRÉSIDENTE**

**APROVADO**

Em 2º Discussão por 8  
Sessão 191 de 12.000

  
**Marcos Daniel V. et.**



**Câmara Municipal de Mococa**  
**PODER LEGISLATIVO**

**PROCESSO Nº. 678/2009.**

**PROJETO DE LEI Nº.068/2009.**

**REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO.**

**DESPACHO**

Nos termos do art. 231, §1º., “a” e “b” c.c. art.110, parágrafo único, todos do Regimento Interno da Câmara, encaminho a presente propositura à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para manifestar quanto ao aspecto constitucional, legal, regimental, gramatical e lógico.

Câmara Municipal de Mococa, 18 de maio de 2009.

  
\_\_\_\_\_  
**FRANCISCO CARLOS CÂNDIDO**  
Presidente



**Câmara Municipal de Mococa**  
**PODER LEGISLATIVO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PROCESSO Nº. 678/2009.**

**PROJETO DE LEI Nº.068/2009.**

**REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO.**

**RECEBIMENTO PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO**

DATA DO RECEBIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

PRAZO P/ NOMEAR O RELATOR ATÉ: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Presidente da Comissão

**NOMEAÇÃO DE RELATOR**

NOME: \_\_\_\_\_

DATA DA NOMEAÇÃO: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Presidente da Comissão



**Câmara Municipal de Mococa**  
**PODER LEGISLATIVO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PROCESSO Nº. 678/2009.**

**PROJETO DE LEI Nº.068/2009.**


**REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO.**

**RECEBIMENTO PELO RELATOR**

DATA DO RECEBIMENTO: 25 / 05 / 09.

PRAZO P/ RELATAR ATÉ: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

  
\_\_\_\_\_  
Relator

*Obs: Solicito parecer do Dept. Jurídico da Câmara*  






**Câmara Municipal de Mococa**  
PODER LEGISLATIVO

**PARECER JURÍDICO**

**Nº.12/2009.**

**REFERÊNCIAS:**

Projeto de Lei nº.068/2009, de 18 de Maio de 2009- “Cria o Programa de Requalificação Arbórea e Ambiental na cidade de Mococa e dá outras providências.”

**AUTOR(A):**

Vereador Eduardo Antônio Baisi.

**RELATÓRIO**

Trata o presente Projeto de Lei nº.068/2009, sobre a criação do programa de requalificação arbórea e ambiental na cidade de Mococa, ao qual deverá ser implantado nas Ruas, Avenidas, Praças e Parques.





## **Câmara Municipal de Mococa**

**PODER LEGISLATIVO**

Em que pese a necessidade de implantação de referido programa no Município, haja vista, ser o meio ambiente assunto de preocupação Mundial, não se pode discutir a grandiosidade do referido projeto de lei, a importância para o interesse público.

A Constituição Federal em seu Art. 23, inciso VI, assim prescreve:

***“Art. 23- É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:***

***(...)***

***VI- proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.”***

Portanto, o Município é competente para implementar o presente projeto de lei, contudo, a luz do Art. 35, inciso V, da LOM, notamos que a iniciativa de tal projeto só pode-se dar pelo Executivo, e não por esta Casa Legislativa.

Além do que gera a criação de despesas, que o Art. 37, inciso I da LOM, proíbe, *in verbis*:



# **Câmara Municipal de Mococa**

**PODER LEGISLATIVO**

***“Não será admitido aumento da despesa prevista:***

***|- Nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito, ressalvado o disposto nos parágrafos 1.º e 2.º do art. 139.”***

Assim, em que pese o interesse público, apresenta o presente projeto de lei, vício de iniciativa e usurpação de competência, que lhe faz ilegal e inconstitucional.

Era o que tinha pra relatar!

Câmara Municipal de Mococa, 08 de Junho de 2009.

**Daia Gomes dos Santos**

**Assessora Jurídica**

**OAB/SP nº. 246.972**



**Câmara Municipal de Mococa**  
**PODER LEGISLATIVO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**REFERÊNCIA** :- PROJETO DE LEI N°.068/2009.

**ASSUNTO** :- Cria o Programa de Requalificação Arbórea e Ambiental na cidade de Mococa e dá outras providências.

**INTERESSADO(A)** :- Vereador Eduardo Antônio Baisi

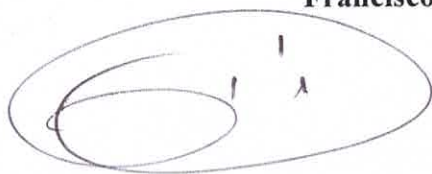
**RELATOR** : - Francisco Sales Gabriel Fernandes

Como relator da matéria acima epigrafada, dentro das atribuições desta Comissão e, após estudos detalhados da mesma, chego a conclusão que não há inconstitucionalidade, ilegalidade e nem outros óbices que impeçam sua aprovação, posto que a mesma vai de encontro ao interesse público, sendo assim, manifesto **FAVORÁVEL** à sua aprovação.

Esse é o nosso parecer s.m.j.

Sala das Comissões Permanentes "José Luiz Cominato, 22 de junho de 2009.

  
Francisco Sales Gabriel Fernandes  
Relator





**Câmara Municipal de Mococa**  
**PODER LEGISLATIVO**

**PROCESSO Nº. 678/2009.**

**PROJETO DE LEI Nº. 068/2009.**

**REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO.**

**DESPACHO**

Considerando que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação exarou parecer favorável à aprovação da matéria epigrafada, encaminho-a à comissão permanente de Meio Ambiente.

Câmara Municipal de Mococa, 06 de julho de 2009.

  
\_\_\_\_\_  
**FRANCISCO CARLOS CÂNDIDO**  
Presidente





**Câmara Municipal de Mococa**  
PODER LEGISLATIVO

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE**

**PROCESSO Nº. 678/2009.**

**PROJETO DE LEI Nº. 068/2009.**

**REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO.**

**RECEBIMENTO PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO**

DATA DO RECEBIMENTO: 17 / 09 / 2009.

PRAZO P/ NOMEAR O RELATOR ATÉ: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Marcos Daniel Dias  
Presidente da Comissão

**NOMEAÇÃO DE RELATOR**

NOME: Marcos Daniel Dias.

DATA DA NOMEAÇÃO: 17 / 09 / 2009.

Marcos Daniel Dias  
Presidente da Comissão

Parecer Jurídico IBAM e NDJ.  
Marcos D. Dias.



**Câmara Municipal de Mococa**  
PODER LEGISLATIVO

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE**

**PROCESSO Nº. 678/2009.**

**PROJETO DE LEI Nº. 068/2009.**

**REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO.**

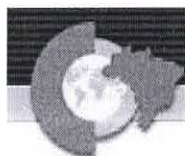
**RECEBIMENTO PELO RELATOR**

DATA DO RECEBIMENTO: 17 / 09 / 2009.

PRAZO P/ RELATAR ATÉ: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_.

Marcos Daniel J. L.

Relator



## FALE CONOSCO

**Seu contato foi enviado para o IBAM e será respondido para o seu e-mail assim que possível.  
Os seguintes dados foram enviados:**

**Nome:** Daia Gomes dos Santos

**Cargo:** Assessora Jurídica

**Matrícula:** 246972

**e-mail:** daiags@ig.com.br

**Mensagem:** Por solicitação do Vereador Marcos Daniel Vicente, na Comissão de Meio Ambiente, solicito parecer abordando a iniciativa, a constitucionalidade e legalidade do projeto 068/2009.

Projeto de Lei n°.068, de 29 de junho de 2009.

Cria o programa de Requalificação Arbórea e Ambiental na cidade de Mococa, e dá outras providências.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em sessão realizada no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009, aprovou Projeto de Lei n°. \_\_\_\_/2009, de autoria do Vereador Eduardo Antônio Baisi, e eu, \_\_\_\_\_, promulgo a seguinte Lei:

Art.1º. Fica criado o programa de Requalificação Arbórea e Ambiental, a ser implementados nas Ruas, Avenidas, Praças e Parques da cidade de Mococa.

Art. 2.º- No programa de Requalificação Arbórea e Ambiental, serão utilizadas espécies arbóreas que conforme estudos técnicos e científicos contribuem para a melhoria da qualidade ambiental, no aspecto de umidificação do ar e melhora da sensação de conforto térmico da população, conforme discriminado nos incisos abaixo:

- I- Jambolão, nome científico Syzygium Jambolanum, Eugenia Jabolana;
- II- Mangueira, nome científico Mangifera Indica e variáveis;
- III- Jacarandá, nome científico Mimosaeefolia/Cuspidifolia e variantes;
- IV- Ipê, nome científico Tapebuia Chysotricaha/Avellanedae/Roseo-Alba;
- V- Chuva de Ouro, nome científico Oncidium SP; Cássia Imperial; Cássia Fistula;
- VI- Outras espécies arbóreas adequadas aos objetos do programa, da flora nativa ou exógenas, conforme estudos e definição técnica do órgão ambiental competente.

Art. 3.º- O Programa de Requalificação Arbórea e Ambiental, será administrado pela Coordenadora de Meio Ambiente do Município, e implementado no prazo de 04 (quatro) anos, com o plantio de espécies indicadas nos incisos do artigo supra.

Art. 4.º- A definição dos logradouros, praças ou parques públicos onde serão plantadas as espécies arbóreas do programa, serão definidas através de estudos técnicos pela Coordenadora do Meio Ambiente, conforme a necessidade, conveniência e adequação em cada local, tendo em vista o porte máximo que a espécie arbórea atinge em sua fase de pleno desenvolvimento;

§ 1.º- A espécie Mangueira – Mangifera Indica, por produzir frutos de grande porte, deverão ser plantadas apenas em áreas pertencentes a parques públicos municipais.

§ 2.º- As outras espécies arbóreas indicadas para o plantio nesta lei, também poderão ser plantadas em parques públicos, tendo em vista o porte que atingem em sua fase de desenvolvimento pleno, à critério do órgão competente.

Art. 5.º- As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 6.º- O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 7º.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

EDUARDO ANTÔNIO BAISI  
Vereador





Ofício 1069/2009 - Pedido de Informação ao Projeto de Lei 068/2009 - Cria o Programa de Requalificação Arbórea e Ambiental na cidade de Mococa e dá outras providências.

Segunda-feira, 5 de Outubro de 2009 12:36

De: "Deise Trilho" <deisecamaramococa@yahoo.com.br>

Para: "Dra. Daia Gomes dos Santos" <daiags@ig.com.br>

Ofício nº. 1.069/2009-CM.

Mococa, 05 de outubro de 2009.

**À**  
**EDITORIA N.D.J. LTDA**  
**SÃO PAULO-SP**

Por solicitação do Vereador Marcos Daniel Vicente, relator na Comissão Permanente de Meio Ambiente, solicito a esta conceituada assessoria jurídica, a manifestação abordando a iniciativa, constitucionalidade e a legalidade do Projeto de Lei nº.068/2009(cópia anexa), de autoria do Vereador Eduardo Antônio Baisi.

Na oportunidade, envio-lhes protestos de elevada estima e consideração.

**Francisco Carlos Cândido**  
**Presidente**

---

Veja quais são os assuntos do momento no Yahoo! + Buscados: [Top 10](#) - [Celebidades](#) - [Música](#) - [Esportes](#)

---



CONSULTA/9395/2009/TR/W

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA – SP  
At.: Dra. Daia Gomes dos Santos

CÂMARA MUNICIPAL - MOCOCA -		
PROTOCOLO		
NUMERO	DATA	RUBRICA
3.632	22.10.09	

**Administração Municipal – Projeto de lei que dispõe sobre a criação de programa de requalificação arbórea e ambiental na cidade de Mococa – Vício de inconstitucionalidade – Início de programa – Serviço público – Iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo – Observações pertinentes.**

Consulta-nos a Câmara Municipal de Mococa – SP, indagando sobre a legalidade e a constitucionalidade de projeto de lei, de autoria de vereador, que cria programa de requalificação arbórea e ambiental na cidade de Mococa e dá outras providências.

Diante do que nos foi proposto, temos a considerar inicialmente que o projeto de lei, de autoria de vereador, ora em análise, padece de vício de iniciativa que impede o seu regular prosseguimento, haja vista que matérias que se referem a serviço público, proteção ao meio ambiente e direito urbanístico, com imposições e atribuições à Coordenadoria do Meio Ambiente do Município, assim como a instituição de programas somente poderão ser desencadeadas pelo Chefe do Poder Executivo municipal.

Vale citar as lições de José Afonso da Silva ao tratar do direito urbanístico:

“A cidade industrial moderna, com seu cortejo de problemas, colocou a exigência de áreas verdes, parques e jardins como elemento urbanístico, não mais destinados apenas à ornamentação urbana, mas como uma necessidade higiênica, de recreação e até de defesa de recuperação do meio ambiente em face da degradação de agentes poluidores. (...)”

Daí a grande preocupação do Direito Urbanístico com a criação e preservação das áreas verdes urbanas, que se tornaram elementos urbanísticos vitais” (cf. *in Direito Urbanístico Brasileiro*, 3ª ed., Malheiros, São Paulo, 2000, p. 265).

No tocante à criação de programa e instituição de atribuições a secretarias e servidores públicos do Executivo, *in casu*, a Secretaria do Meio Ambiente, concernente ao desenvolvimento do programa, monitoramento e fiscalização, é de iniciativa privativa do prefeito.

Isso por que é vedado o “início de programas ou projeto não incluídos na lei orçamentária anual;” (destaques nossos) em conformidade com o art. 167, inc. I, da Constituição Federal, e por essa razão a iniciativa para estabelecer os orçamentos anuais, *in casu*, Lei de Diretrizes Orçamentárias, **a fim de incluir tal programa é exclusiva do Chefe do Poder Executivo**, nos termos o art. 165, inc. III, do diploma constitucional.

Nesse sentido, os projetos de lei que criem novos serviços ou atribuam novas funções aos servidores ou a secretarias também são de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, nos termos do art. 61, § 1º, inc II, al. “b”, da Constituição Federal.

Ademais, o presente projeto de lei, ao obrigar, implicitamente, que o Poder Executivo execute um serviço, *in casu*, plantio de árvores nas ruas, avenidas, praças e parques da cidade, acaba por ferir a independência dos Poderes insculpada no art. 2º da CF/88.

Por fim, vale citar os ensinamentos do jurista Hely Lopes Meirelles:

“Leis de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara. Nessa categoria estão as que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entidades da Administração Pública

*Municipal: a criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta e autárquica, fixação e aumento de sua remuneração; o regime jurídico dos servidores municipais; e o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, os orçamentos anuais, créditos suplementares e especiais” (cf. in Direito Municipal Brasileiro, 16ª ed., Malheiros, São Paulo, 2008, p. 748) (grifos nossos e do original).*

Decorre daí, portanto, o fato de pertencer ao prefeito a legitimidade para apresentar o projeto de lei, *in casu*, não sendo possível sua substituição neste mister por nenhum membro do Poder Legislativo local.

Essas são as considerações que nos parecem pertinentes à consulta formulada, sem embargo e demonstrando, desde já, o nosso respeito às eventuais opiniões divergentes que possam existir sobre o tema aqui abordado.

São Paulo, 16 de outubro de 2009.

Elaboração:

(assinado no original)  
Tatiana Rigorini Navarro  
OAB/SP 242.447

Aprovação da Consultoria NDJ

(assinado no original)  
Cerdônio Quadros  
OAB/SP 40.808





# **Câmara Municipal de Mococa**

## **PODER LEGISLATIVO**

Fls 1

### **COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE.**

**REFERÊNCIA:** Projeto de Lei nº.068/2009.

**INTERESSADO:** Vereador Eduardo Antônio Baisi.

**ASSUNTO:** Cria o Programa de Requalificação Arbórea e Ambiental na cidade de Mococa e dá outras providências.

**RELATOR:** Vereador Marcos Daniel Vicente.

### **RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei, cujo objetivo é de criar o programa de Requalificação Arbórea e Ambiental, que consiste no plantio de árvores no passeio público (Rua, Avenidas, Praças e Parques) da cidade de Mococa, ao qual deverá ser administrado pela Prefeitura Municipal de Mococa, através de seu Departamento do Meio Ambiente.

Analisando o projeto de lei em questão devo concluir que o mesmo contém vícios de iniciativa, haja vista, que usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo, vejamos:

Marcos



# Câmara Municipal de Mococa

## PODER LEGISLATIVO

Fls 2

O Artigo 35 da LOM, inciso IV:

***“Art. 35 Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:***

***(...)***

***IV- organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração.”***

Portanto grosseira a afronta ao Artigo 35, inciso IV da LOM, que por uma questão de paralelismo ao Artigo 61, §1º, inciso II, da Constituição Federal, trouxe a mencionada redação.

Bem como, indiscutível que gera despesas sem prévia previsão o que também é vedado por força do Artigo 37, inciso I, da LOM, vejamos:

***“Art. 37 Não será admitido aumento de despesa prevista:***

***(...)***

***I- Nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 139.”***





# Câmara Municipal de Mococa

## PODER LEGISLATIVO

Fls 3

Assim, ainda que a iniciativa do projeto, fosse do Chefe do Poder Executivo, não poderia o referido projeto de lei prosperar conforme está previsto neste último artigo.

Portanto sem adentrar no mérito do projeto, relato ser contrário ao proposto projeto de Lei, por ser ele ilegal e inconstitucional.

Sala das Comissões, 22 de Março de 2010.

**Marcos Daniel Vicente**

**Relator**

*Marcos*



**Câmara Municipal de Mococa**  
**PODER LEGISLATIVO**

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE**

**REFERÊNCIA** :- PROJETO DE LEI Nº.068/2009.

**ASSUNTO** :- Cria o Programa de Requalificação Arbórea e Ambiental na cidade de Mococa e dá outras providências.

**INTERESSADO(A)** :- Vereador Eduardo Antônio Baisi

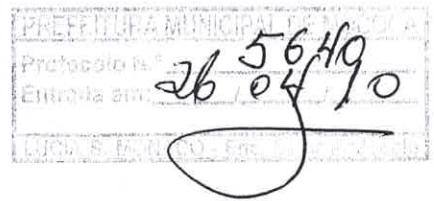
**RELATOR(A)** :-

Como membro da presente comissão apresento, parecer discordante do Nobre Relator Marcos Daniel Vicente, de contrário a aprovação da matéria, para exarar parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº.068/2009.

Sala das Comissões Permanentes “José Luiz Cominato, \_\_ de \_\_\_\_ de 2010.

---

**Orlando Silva Honorato Sobrinho**  
**Membro**



## Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

Ofício nº 401/2010-CM.

Mococa, 20 de Abril de 2010.

**Excelentíssimo Senhor Prefeito:**

Anexamos para as devidas providências, cópia do expediente aprovado por esta Casa, em sessão realizada no dia 19 de abril último, constando de:

- 1- Autógrafo nº019/2010, referente ao Projeto de Lei nº068/2009.  
(de autoria do Vereador Eduardo Antônio Baisi - aprovado em sessão ordinária)
- 2- Autógrafo nº020/2010, referente ao Projeto de Lei nº143/2009.  
(de autoria dos Vereadores: Adilson Aparecido Guisso e Francisco Sales Gabriel Fernandes - aprovado em sessão ordinária)
- 3- Autógrafo nº021/2010, referente ao Projeto de Lei nº006/2010.  
(de autoria do Vereador Francisco Sales Gabriel Fernandes - aprovado em sessão ordinária)

Respeitosamente

  
**FRANCISCO CARLOS CÂNDIDO**  
Presidente

**Exmo. Sr.  
Dr. Antônio Naufel  
Prefeito Municipal de  
Mococa**

**Edifício "Dra. Esther de Figueiredo Ferraz"**  
Praça Marechal Deodoro, 26 - Centro - CEP 13.730-047 - Mococa -SP  
Telefone: (19) 3656-0002 - Email: camaramococa@yahoo.com.br



*Câmara Municipal de Mococa*  
**PODER LEGISLATIVO**

Fls 1

**AUTÓGRAFO Nº 019 DE 2010.**  
**PROJETO DE LEI Nº 068/2009.**

**Cria o programa de Requalificação Arbórea e Ambiental na cidade de Mococa, e dá outras providências.**

**FAÇO SABER**, que a **Câmara Municipal de Mococa**, em sessão realizada no dia 19 de abril de 2010, aprovou Projeto de Lei nº.068/2009, de autoria do Vereador Eduardo Antônio Baisi, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art.1º** Fica criado o programa de Requalificação Arbórea e Ambiental, a ser implementados nas Ruas, Avenidas, Praças e Parques da cidade de Mococa.

**Art. 2º** No programa de Requalificação Arbóreo e Ambiental, serão utilizadas espécies arbóreas que, conforme estudos técnicos e científicos contribuem para a melhoria da qualidade ambiental, no aspecto da umidificação do ar e melhora da sensação de conforto térmico da população, conforme discriminado nos incisos abaixo:

- I- Jambolão, nome científico Syzygium Jambolanum, Eugenia Jabolana;
- II- Mangueira, nome científico Mangifera Indica e variáveis;
- III- Jacarandá, nome científico Mimosaefolia/Cuspidifolia e variantes;





*Câmara Municipal de Mococa*  
**PODER LEGISLATIVO**

Fls 2

**AUTÓGRAFO Nº 019 DE 2010.**  
**PROJETO DE LEI Nº 068/2009.**

- IV- Ipê, nome científico Tapebua Chysotricaha/Avellanadae/Roseo-Alba;
- V- Chuva de Ouro, nome científico Oncidium SP; Cássia Imperial; Cássia Fistula;
- VI- Outras espécies arbóreas adequadas aos objetos do programa, da flora nativa ou exógenas, conforme estudos e definição técnica do órgão ambiental competente.

**Art. 3º** O Programa de Requalificação Arbórea e Ambiental, será administrado pelo Departamento do Meio Ambiente do Município, e implementado no prazo de 04 (quatro) anos, com o plantio de espécies indicadas nos incisos do artigo supra.

**Art. 4º** A definição dos logradouros, praças ou parques públicos onde serão plantadas as espécies arbóreas do programa, serão definidas através de estudos técnicos pela Coordenadora do Meio Ambiente, conforme a necessidade, conveniência e adequação em cada local, tendo em vista o porte máximo que a espécie arbórea atinge em sua fase de pleno desenvolvimento;

§ 1º- A espécie Mangueira – Mangifera Indica, por produzir frutos de grande porte, deverão ser plantadas apenas em áreas pertencentes a parques públicos municipais.



*Câmara Municipal de Mococa*  
**PODER LEGISLATIVO**

Fls 3

**AUTÓGRAFO Nº 019 DE 2010.**  
**PROJETO DE LEI Nº 068/2009.**

§ 2º- As outras espécies arbóreas indicadas para o plantio nesta lei, também poderão ser plantadas em parques públicos, tendo em vista o porte que atingem em sua fase de desenvolvimento pleno, à critério do órgão competente.


**Art. 5º** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 6º** O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

**Câmara Municipal de Mococa, 20 de abril de 2010.**

  
**FRANCISCO CARLOS CÂNDIDO**  
Presidente

  
**DÉBORA SOARES PERUCELLO VENTURA**  
1º Secretária

  
**EDUARDO ANTÔNIO BAISI**  
2º Secretário